



A reorganização e as ocupações das escolas estaduais paulistas, em 2015 - São Paulo – Brasil: quem estava à margem?

The reorganization and occupation of Public Schools in São Paulo, Brazil, in 2015 - The Sidelines.

Roseli Trevisan Marques de Souza¹
tms1962@usp.br

Afrânio Mendes Catani²
amcatani@usp.br

Resumo: O escrito é parte da investigação no campo das ciências da educação, que tem por objeto a reorganização e as ocupações das escolas estaduais paulistas em 2015, São Paulo, Brasil. A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de doutorado em Educação. Partimos da questão: *Quais benefícios a reorganização das escolas públicas paulistas, em 2015, traria aos estudantes da Educação Básica?* Utilizamos a argumentação indutiva, com base em documentos oficiais, reportagens, artigos e entrevistas com alguns participantes das ocupações. O antagonismo discursivo do estado e dos membros da sociedade será alvo de reflexão. Para tanto, acreditamos ser essencial destacar as informações veiculadas, pela Secretaria da Educação/SP e pela mídia, sobre os objetivos da reorganização, como também compreender a reação dos discentes em face do anúncio governamental.

Palavras-chaves: reorganização; estudantes; ocupações; Brasil; Educação Básica.

Abstract: This writing is part of academic research related to the reorganization and occupation movement in official schools in São Paulo (Brazil) in 2015 and it is being developed as part of a doctorate project in Education. We start from “What Benefits would the reorganization in São Paulo Public Schools bring to the students of elementary education?”. It is inductive argumentation based on official documents, reporting, written articles and interviews with participants of the occupations. The discursive antagonism of the state and members of some

1 Doutoranda na Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – FE-USP. Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho.

2 Professor Titular (2009) na Faculdade de Educação da USP. Professor no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Pós-Doutorado na Middlesex University London /MDX, Inglaterra (2015-2016).

segments of society will be subjects of reflection. To do so, we believe it is essential to highlight the information provided by the Secretariat of Education / SP and the mainstream media about the objectives of the reorganization, as well as to follow the reaction of the students in face of the government announcement.

Keywords: reorganization; students; occupation movement; Brazil; Elementary Education

Introdução

No estudo, partimos do pressuposto que a Educação é um direito inalienável e que é dever do Estado a garantia do acesso, da permanência e da qualidade do ensino. Sendo assim, quais aspectos da decisão governamental de reorganizar as escolas paulistas, em 2015, se constituíam em benefício aos estudantes da Educação Básica? Destaca-se que o procedimento englobava duas ações iniciais: fechar 94 prédios escolares e remanejar um grande número de discentes e docentes. Tais decisões não pareceram adequadas aos alunos que, em forma de protesto, ocuparam cerca de 200 escolas no Estado de São Paulo, Brasil. Eles solicitavam a revogação do Decreto nº 61.672, de 30-11-2015 e, em 04-12-2015, foi publicado o Decreto nº 61.692, revogando o anterior.

Antes mesmo da publicação, no Diário Oficial do Estado, da decisão governamental, os discentes já tinham iniciado as ocupações. No que se refere à reorganização, esse termo compõe o léxico das políticas públicas há algumas décadas. Inclusive, em 1995, em São Paulo, houve uma similar que vingou, não sendo questionada como foi em 2015.

Ressalta-se que, desde 1995, muitas escolas da Educação Básica, por todos os estados do Brasil, têm sido fechadas. Mas essa forma de resistência dos alunos da Educação Básica iniciou-se a partir de 2012, em Goiás: uma escola seria fechada e os estudantes a ocuparam, mas pouco foi divulgado. Ocorreu diferente em 2015, pois o movimento foi maior e ganhou espaço nas redes sociais, na mídia formal e informal. Além disso, contaram com o apoio de parcela da sociedade, revertendo o pleito.

Foi um período curto, mas crucial, pois o ano letivo estava por finalizar. Esse momento poderia ter passado despercebido se pesquisadores, em geral do campo da educação, não registrassem esse histórico. Os estudos têm trazido luz aos estudantes, aos atores políticos e à realidade educacional que os envolvia. Manter iluminado os aspectos descritos significará compreender o porquê da reação estudantil se o Estado e a SEE/SP destacavam que a reorganização das escolas era necessária e benéfica aos estudantes.

Ou seja, a sociedade estava diante de dois discursos antagônicos. Conhecê-los com maior propriedade é um foco dessa investigação. A questão é: Quais benefícios a reorganização das escolas de Educação Básica públicas estaduais de São Paulo – Brasil, em 2015, traria aos alunos? O material que tem sido utilizado na pesquisa é composto por entrevistas, documentos legais, reportagens e artigos. Não existe

interpretação absoluta, a leitura é múltipla, pois diferentes discursos atravessam a realidade; com efeito, estudá-los e analisá-los, em suas nuances intencionais e dentro de um momento histórico, aproxima o pesquisador de uma interpretação mais significativa do fenômeno social em análise.

O estudo repousa sobre dois focos: o Estado e a Sociedade, neste caso, representada pelos estudantes e apoiadores das ocupações. De Maquiavel, passando por Hobbes até a contemporaneidade, muitos pensadores têm relatado, sob várias perspectivas, o papel que este organismo desempenha no todo social. Pierre Bourdieu, em *Sobre o Estado: cursos no Collège de France 1989-92* (2012, p.30), refere-se ao Estado como “campo de poder”. Diz também que o Estado Moderno tem o poder simbólico como dimensão que o legitima.

Fábio Konder Comparato, no título *Educação, Estado e Poder* (1987, p.30), considera que o poder pode ser caracterizado como um valor social supremo exercido pelo Estado. Segundo ele, esse é o “grande organismo de poder político” (Ibidem, p.34), opondo-se ao poder pessoal.

Retomando o objeto de estudo à luz do descrito, compreende-se que o Estado, no que se refere à proposta de reorganização, utilizou desse poder, mas houve uma variável que o fez retroceder, foi o movimento estudantil denominado “ocupações”. Os estudantes decidiram resistir ao instituído e, de forma organizada, contiveram a ação governamental. Durante as entrevistas com os manifestantes, observou-se que eles consideravam essa política pública anticonstitucional, porque provocaria a evasão escolar, principalmente do Ensino Médio. Relataram que a troca de escola levaria uma parte dos estudantes a deixar a escola.

Van Dijk, em *Discurso e Poder* (2004), aponta para a necessidade de compreender as linguagens dos protestos e a relação discursiva que estabelecem com aqueles que vivem da ação política. Ele destaca que a linguagem da elite simbólica precisa ser alvo de análise. No segundo capítulo do livro desse autor, ele reflete sobre o exercício do poder social, apresenta as principais características dessa visão político-social e, finalmente, demonstra como a elite produz e veicula discursos cuja intenção é o controle cognitivo e ideológico.

Nota-se que os sujeitos entrevistados, quando relatam sobre a reorganização, têm um referencial de poder/domínio do Estado sobre eles. Revelam nos seus discursos que a história deles com a educação é conturbada e, por isso, têm um olhar pouco favorável ao sistema educacional brasileiro. Para os manifestantes, o Estado deveria ser o representante de todos e precisaria dar voz à sociedade para que juntos discutissem sobre essa proposta educacional, pois, afinal, ela alteraria a dinâmica de muitos jovens e de suas famílias.

Eles perguntavam: *por que não temos voz?* Durante as entrevistas, observou-se que os participantes das ocupações têm uma concepção de Estado, de educação, de

política e de cidadania similar ao descrito na Constituição Federal de 1988. Para eles, o autoritarismo do governo é um aspecto que distorce o papel estatal posto na Carta Magna e evidencia o abismo que existe entre o Estado e a Educação Básica pública.

Estado X Sociedade

As tensões entre estado e sociedade são, recorrentemente, a mola mestra dos movimentos sociais. Atualmente, os discursos da globalização, da democratização e do neoliberalismo têm mobilizado muitos atores sociais, tanto para refutá-los como para apoiá-los. Na obra organizada por Boaventura Souza Santos, *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (2002), há a preocupação em atribuir sentido aos termos democracia e participação, tendo em vista que guardam estreita relação com o tipo de governo e de sociedade.

A seguir, será resumido o descrito sobre movimentos estudantis em um dos capítulos da pesquisa. Nota-se que, entre 1964 e 1965, foram organizadas manifestações no campus da Universidade da Califórnia em Berkeley. Tratava-se do Movimento pela Livre Expressão que requeria, inicialmente, o direito dos estudantes de organizar atividades políticas *nocampus, avançando para outras questões. Outros movimentos ocorreram ainda nos Estados Unidos da América, bem como na Europa e no Brasil a partir de 1968. A chamada contracultura moveu o campo político questionando o autoritarismo, a discriminação e a guerra do Vietnã.*

Na década de 1990, novas formas de manifestações jovens emergiram, principalmente após os eventos em Seattle em 1999. Em 2011, o *Ocuppy Wall Street* foi outro exemplo de manifestação de jovens a que se deveu à indignação pela falta de ética, de moral, de valores e de justiça social (GOHN, 1997)³. No início do século XXI, as ocupações foram as formas de manifestação dos estudantes na América Latina. A proposta de reorganização, em 2015, em São Paulo, Brasil, desencadeou uma delas. Os secundaristas refutaram-na e questionaram: *Qual é o discurso subjacente a uma política pública que autoriza o fechamento de escolas sem considerar a demanda estudantil?*

Segundo Ferreira e Pochman (2009, p.255)⁴, “As reformas empreendidas na década de 1990 tentaram redimensionar o Estado, revesti-lo de novas competências

3 Trecho embasado no título: *TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS* de Maria da Glória Gohn, Edições Loyola, São Paulo: 1997. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>> acesso em 24 de mar.2019.

4 *A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM E PROGRESSO* - Ferreira e Pochman - A produção deste texto está inserida nos estudos desenvolvidos na pesquisa “Programa ensino médio inovador: condições de trabalho e formação docente” (CNPq - nº do processo: 482975/2013-0). 1 Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória (ES), Brasil. E-mail: eliza.bartolozzi@gmail.com DOI: 10.1590/ES0101-73302017176594. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00293.pdf> acesso em: 24 mar.2019.

e funções, não mais promotor direto do crescimento econômico, mas somente catalizador e facilitador”.

O Estado, redefinindo seu papel, se propõe a minimizar os deveres a serem cumpridos. A partir de 1995, reformas educacionais foram empreendidas e um número significativo de escolas da Educação Básica foram fechadas no Brasil. Além disso, houve práticas de descentralização, de controle e de privatização na gestão pública. Ferreira e Pochman (Ibidem, p.256) dizem: “A reforma buscou consolidar a figura de um estado gerencial, com capacidade de regulação social mediante a transferência a outros setores/instituições da responsabilidade de prestação dos serviços sociais”.

À administração gerencialista agrega-se um Estado que usa instrumentos de violência para garantir o poder político e econômico nas mãos da elite. O Estado existe, enfim, como instituição a serviço da classe hegemônica, com oposição pouco relevante de outros segmentos da sociedade a esse poderio.

Independentemente dessa realidade, as manifestações retornam de tempos em tempos com outros formatos e novas estratégias de organização. Os jovens da América Latina, por exemplo, foram atingidos por uma nova forma de fazer política. As ocupações das escolas iniciaram no Chile, em 2006, depois foram reproduzidas na Argentina em 2011; no Brasil, em 2012, estudantes da Educação Básica do Mato Grosso; em 2013, na Educação Superior, a ocupação da reitoria da USP; em 2015, ocupação das escolas estaduais do estado de São Paulo; finalmente, em 2016, ocupações das escolas do Sul, do Centro-Oeste e do Nordeste Brasileiro, desestabilizando a pretensa racionalidade política e a doutrina do Estado neoliberal, pois os estudantes lutam por uma educação básica pública de qualidade.

No Brasil, os acontecimentos entre os secundaristas acabaram por produzir sentido próprio, apesar de assimilados de outras culturas. Foi materializado por eles um campo de poder que lhes favoreceu tanto na mobilização quanto na continuidade do movimento. Essa capacidade tem sido investigada. Além disso, compreende-se que os documentos coletados comporão um registro de memória do objeto, que estarão disponíveis para outros pesquisadores.

Le Goff (1996, p. 477) diz: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva de libertação e não de servidão dos homens.”

Primeiras impressões sobre o objeto de estudo

Como visto, a reorganização foi uma política pública que sofreu rejeição dos estudantes da educação básica, desencadeando as ocupações das escolas. Para os manifestantes, a decisão de reorganizar escolas se constituía em ação antagônica ao dever do Estado, pois, na forma apresentada, justificaria o fechamento de quase uma centena de escolas.

Para os manifestantes, o Estado estava ferindo a Constituição Federal de 1988 e os princípios postos na LDB 9394/96, no que se refere à democratização do acesso e à garantia de permanência do estudante na escola. Mas, à luz dos escritos reflexivos de Bourdieu, em *Sobre o Estado* (2012) esse organismo, se pensada a política educacional em pauta, estava reafirmando o seu lugar no espaço social e o papel a desempenhar nesse espaço.

A secretaria da educação e a proposta de reorganização

O Secretário da Educação da época, no título *A Educação Básica pública tem solução?* apresenta os motivos da reorganização das escolas estaduais paulistas. Ele diz:

Considerando-se entre outras questões, a diminuição no número de matrículas na Rede Pública da Educação Básica do Estado de São Paulo e a mobilidade populacional nos últimos anos, é importante que se avalie a necessidade de reorganização da Rede. (VOORWARD, 2017, p. 108)

Quanto a esses argumentos, no capítulo *ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: inclusão ou exclusão social?*, publicado no título “Infância e Seus Lugares”, organizado por Hélio Alexandre Mariano (2018)⁵, ressaltamos que a rede pública estadual paulista tem sido caracterizada como espaço de exclusão. No quadro a seguir, nota-se a grande evasão dos discentes do Ensino Médio em 07 escolas de uma região da capital paulista.

Escola	Matrícula 1ª série do E.M em 2015	Fluxo (retenção/evasão/ Transferência)	Matrícula 3ª Série do E.M Em 2017	Fluxo (retenção/evasão/ Transferências)	Total de alunos que finalizaram
1	238	93	110	30	80
2	586	248	256	64	192
3	530	191	380	101	279
4	324	149	165	45	120
5	300	156	129	31	98
6	350	126	168	19	149
7	188 ¹⁴	56	142	30	112

Dados coletados da Plataforma da Secretaria Digital da SEE/SP em 10/2017.

Nota-se que o número de matrículas na 1ª série do Ensino Médio é bem maior que o número de matrículas na 3ª série do Ensino Médio. Por que essa matrícula diminuiu? Certamente porque houve evasão escolar e não porque houve decréscimo demográfico. Dos alunos matriculados em 2015, apenas 40% finalizaram o Ensino Médio em 2017. Sob uma outra perspectiva, 60% dos alunos dessa região evadiram, transferiram ou foram retidos.

5 (Doutor em História Social pela UNESP-Assis e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná-Unicentro-PR).

Diante do quadro, podemos propor outra questão. Ressalta-se que as escolas são de uma mesma região de São Paulo, sendo assim, para onde foram transferidos os estudantes? Para outra região paulista? Para outro estado do Brasil? O que origina a mobilidade de 60% de estudantes de escolas de uma mesma região? Está havendo um retrocesso na democratização do ensino?

Além disso, no *Paper*⁶ veiculado pela Secretaria da Educação de São Paulo (SEE/SP), o fechamento das escolas era justificado pelo decréscimo demográfico. Mas, no artigo intitulado *Geografia da reorganização escolar: uma análise espacial a partir da cidade de São Paulo*, há o mapa da reorganização das escolas elaborado por Eduardo Donizete Giroto, Felipe Garcia Passos, Larissa Campos e João Oliveira (2017), e, nele, há dois fatores a serem considerados.

O primeiro aponta para as regiões atingidas pela reorganização e o segundo mostra os registros demográficos das localidades. Ambos desmontam o argumento de decréscimo demográfico para o grupo de escolas que está no quadro. Santos e Vieira (2017) dizem:

Assumindo que o índice de envelhecimento teria pouca variação entre 2010 e 2016, observamos que 15, das 25 escolas da capital a serem fechadas, estão em áreas onde atualmente consta um baixo índice de envelhecimento populacional. No entanto, onze escolas estão em áreas em que nos próximos quinze anos há tendência de envelhecimento – isto é, a diminuição do número de crianças e o aumento do número de pessoas com mais de 60 anos. Apenas cinco escolas, situadas em regiões periféricas (quatro no extremo leste – Guaianases, Lajeado e São Miguel; e uma na zona sul – Capão Redondo) estão em áreas em que deverá persistir uma baixa razão de idosos (SANTOS; VIEIRA, 2017, p.13).

Continuando a análise dos argumentos da SEE/SP, (LONGO, 2018) também estudou a demografia dessa região de São Paulo, reafirmando a posição dos pesquisadores citados anteriormente. Essa constatação valida que a medida governamental, na verdade, tinha como referência o mesmo gerenciamento aplicado em 1995, conforme descreve ARELARO; JACOMINI; CARNEIRO, no artigo *Limitações da Participação e Gestão Democrática na Rede Estadual paulista*.

Ainda, segundo Dalila Oliveira (2009, p.25), no capítulo *Política educativa, crise da escola e a promoção da justiça social*, do livro “Crise da Escola e Políticas Educativas”, a inabilidade estatal em atuar em face dos pressupostos que regulamentam a educação fundamental no Brasil é um fato recorrente em países pobres e populosos em todo o mundo, trata-se de uma crise ainda carente de administração no século XXI.

Teóricos como Frigotto (2009), Dalila (2009) e Mészáros (2008) afirmam que o posicionamento estatal a favor dos pressupostos neoliberais fere o direito à

6 Documento elaborado e veiculado pela SEE/SP, que compõe os anexos da pesquisa, que traz um número de motivos para a reorganização das escolas de educação básica pública em São Paulo. Os motivos foram alvo da análise na presente pesquisa.

educação, a formação para a cidadania e a qualidade de ensino. Ainda, segundo Emir Sader (2008, p.15), no prefácio do livro de Mészáros (2008), *A educação para além do capital*, tomar a decisão de fechar escolas tem origem mercadológica e coloca a Educação Básica pública “como instrumento de poder capitalista” (2008, p.16). Ele completa: “No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos”.

Na proposta de reorganização escolar, em 2015 seriam remanejados um número significativo de discentes e docentes. Os jovens não suportaram essa ideia, resistiram à decisão. Em Santo André, um dos municípios de São Paulo, os estudantes das ocupações tiveram apoio dos vereadores. Estes tentaram mediar o diálogo entre os participantes do movimento e os representantes do Estado, mas sem êxito efetivo. Queriam compreender a política pública intempestiva.

Uma vereadora contribuiu com a presente pesquisa, entregando os documentos que comprovam as tentativas frustradas de estabelecer diálogo sobre a reorganização. Por meio desses documentos e pelo depoimento dela, foi iniciado o percurso investigativo. Em seguida, recorreu-se às reportagens e aos artigos sobre a temática.

No livro *A educação pública tem solução?* (VOORWARD, 2017), o autor considera para efetivar a reorganização as premissas: “modelos de escola; tamanho de escola; estrutura física; e logística”. (Ibidem, p. 108). O fato é que realocariam alunos, funcionários e professores, reduzindo assim o número de unidades escolares sob responsabilidade do Estado e as SEE/SP. Quando utilizada a expressão “modelos de escola” (grifo nosso) pensava-se naquelas que poderiam atender o ensino médio diurno.

Ocorre que, nas entrevistas feitas com os que ocupavam as escolas e com mãe de um aluno, nem todos poderiam estudar no período diurno, e poucas escolas teriam o período noturno funcionando, exigindo, assim, do discente, um deslocamento perigoso, devido à violência de certas regiões de São Paulo. Além disso, os jovens estavam sendo impulsionados a um novo convívio escolar, deixando para trás, subitamente, as amizades travadas ao longo da escolaridade.

Para esclarecer o descrito, incluímos trechos de uma entrevista. O sujeito da Entrevista 1 se chama Darlene e é mãe do estudante Gustavo (nomes fictícios). O jovem era estudante da terceira série do Ensino Médio e participou das ocupações em uma escola pública do estado de São Paulo. Com a reorganização, Gustavo sairia da escola que estudava, em frente à sua casa, e seria transferido para uma localizada a 30 minutos de distância de sua residência.

Outra possibilidade oferecida ao aluno era ser alocado em uma escola de Santo André, cidade vizinha. Mas qualquer uma das possibilidades o expunha à violência

local. Cabe ainda ressaltar, a título de observação, que nesse raio de abrangência há registros de três escolas que foram ocupadas: E.E. Vanda Bento Gonçalves, E.E. Valdir Fernandes Pinto e E.E. Sapopemba.

Darlene, ao ser entrevistada, desabafou:

R1⁷ = *Da noite para o dia eles desalojaram meu filho.*⁸

O sujeito em R1 apresenta sinais de indignação diante da forma como se deu o processo de reorganização das escolas públicas no estado de São Paulo. A expressão “Da noite para o dia” demonstra a forma abrupta e arbitrária com que se deu o ocorrido, de cima para baixo, sem uma preparação, sem que ninguém esperasse.

Conforme evidenciado, nota-se que a educação brasileira convive com leis pautadas no ideário democrático, porém atua, de fato, com políticas governamentais próprias do neoliberalismo. Com efeito, não há como atender o duplo foco/olhar, pois são contraditórios, o que resulta na existência de um Estado centralizador e autoritário e uma população que precisa estar em constante alerta para fazer valer seus direitos.

O sujeito de **R1** participou das ocupações e justifica a sua participação: **R2** = *eles desalojaram meu filho.*

O verbo *desalojar* significa tirar do alojamento; fazer sair de um posto; tirar do lugar onde estava. A fala da mãe produz, nesse momento, um efeito de sentido de uso de força, mesmo que simbólica, do ato praticado pelo Estado. Ainda mais se levarmos em conta a expressão anterior “Da noite para o dia”, isso é, abruptamente, “eles”, os burocratas, “desalojaram”, isso é, tiraram o “**meu** filho” de onde ele estava. O uso do pronome **meu** estabelece aqui uma relação não de posse, mas de intimidade, maternidade, carinho etc. contrastando completamente com o **eles**, tão distante, tão outro e tão além.

A mãe do estudante questionada ainda sobre o porquê da sua participação na ocupação da escola, se posiciona:

R3= desalojaram meu filho da segunda casa dele para jogar para qualquer lugar... sem comunicar para a comunidade, sem perguntar se aquilo era bom ou não era. Além disso, fico preocupada com os vizinhos. Meu filho irá para outra escola se não houver outro jeito, mas e os outros? Muitos irão desistir de estudar, pois nem todas as famílias aqui consideram os estudos importante(sic).

Quando questionada: “Há outras escolas perto da E.E. Valdir Fernandes?”, diz:

R4= Não. De ensino médio não tem. Para quem mora na Fazenda da Juta e Mascarenhas de Moraes não há outra escola de Ensino

7 R1 – corresponde à resposta 1 do sujeito e assim será marcada cada resposta desse entrevistado até o final da entrevista. Ou seja, R2 – resposta 2 do mesmo sujeito.

8 Todos os enunciados submetidos à análise foram recortados dos questionários, portanto, a possível ocorrência de “desvio” de questões gramaticais e linguísticas foi mantida.

Médio próxima. Depois daqui só a EE Nicarágua, a EE Aroldo e o Sapopemba. Não tem como ficar se locomovendo se ele está aqui em frente. Por que não terá Ensino Médio aqui? A gente acha um absurdo. Eu acho! (sic)

Diante dessas falas dos entrevistados, infere-se que a ação governamental era arbitrária, simbolicamente violenta, comprometendo a continuidade dos estudantes nos estudos. Observa-se que a política pública potencializaria o processo de evasão escolar, principalmente no Ensino Médio. Essa evasão representa exclusão social e ficar à margem.

A educação e as políticas públicas

Os registros disponibilizados pela vereadora, o contido no artigo *Políticas Educacionais e Resistência Juvenil* (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 1084), publicado na Revista Educação e Sociedade e as entrevistas deflagram uma política estatal que minimiza custos com a Educação Básica e, para isso, no que consiste à reorganização, agiu autoritariamente, apenas informando os estudantes sobre a decisão tomada. A vereadora⁹ durante a entrevista diz:

Vereadora (V1) - Quando o governo estadual começou a lançar nas mídias a proposta de reorganização do ensino, chamou a atenção a forma como estava sendo colocada a temática e o “nosso mandato” foi acompanhando as notícias sobre o que significaria a reorganização do ensino.

A notícia que chegou a mim era de que se tratava de um fechamento das escolas públicas do Estado de São Paulo. Chegaram informações não oficiais, por isso, decidi fazer uma audiência pública para discutir sobre a reorganização do ensino proposta pelo governo.

Convidamos quase todas as entidades de classe e instituições vinculadas à educação para a audiência na câmara municipal de Santo André, solicitando a cessão do espaço para audiência. Convidamos os representantes da APEOESP, SIMPRO, UMES, UNE, UPES, CME, SME, SEE/SP e DE de Santo André, na data, apenas a SEE/SP e DE de Santo André não encaminharam representantes.

A Diretoria de Ensino em questão encaminhou ofício justificando o não comparecimento. Independentemente dessa ausência, o debate aconteceu. Os que participaram queriam mais informações sobre a reorganização. A audiência ocorreu e foi acordado no grupo que daríamos entrada de pedido de representação ao Ministério Público, solicitando a suspensão da reorganização até que pais, estudantes, professores, entidades de classe e demais atores sociais ficassem a par do que tratava de fato o Decreto governamental sobre reorganizar escolas.

9 Há relato em vídeo e há documentos que comprovam o relatado pela vereadora.

Antes da resposta, já iniciaram as ocupações. A primeira escola ocupada foi em São Paulo e a segunda foi a Escola Estadual Valdomiro Silveira em Santo André. As ocupações foram protestos por não saber o que iria acontecer com as escolas que os alunos estudavam. Aqui, na cidade de Santo André, seriam fechadas sete escolas, dentre elas, até mesmo o Américo Brasiliense¹⁰.

Nesse meio tempo, eu tive uma audiência no palácio dos Bandeirantes para tratar de outro assunto social. Na ocasião, o chefe de gabinete do Secretário de Governo estava na reunião e perguntou se havia outro assunto a tratar e eu não perdi a oportunidade e perguntei sobre a reorganização. Ele havia dito que era um sindicato e um partido político que estavam confundindo, mas que era coisa boa. Eu retruquei: - “se é coisa boa, explique o que é essa coisa boa, pois encaminhei vários e-mails e não obtive resposta sobre o que de fato é essa reorganização. Quando retornei ao meu gabinete, abri o computador e já havia um e-mail com um anexo chamado “paper”¹¹.(sic)

A vereadora se referindo ao descrito no “*paper*” questiona:

Governo há vinte anos e não sanou os problemas observados na Educação? Disponibilização de prédios ruins e menos escolas modelo Nakamura¹²? Disponibilização de escolas com baixo desempenho educacional? (sic)

Ela completa:

A resposta para a qualidade é fechar as escolas com baixo desempenho educacional? No que consiste à expressão “prédios ruins” diz: Esses prédios ruins servirão para a creche do município? Eles queriam empurrar para o município a responsabilidade. Qual responsabilidade? De arrumar prédios ruins que eles não têm arrumado? FDE? (...) Em posse desse documento pudemos constatar que a reorganização era um engodo; era na verdade um fechamento de escolas. Para que queriam fechar escolas? Diminuir custos? (sic)

Alguém poderá dizer que outros países já reorganizaram o sistema educacional com alvo na qualidade educativa, porém a questão que se procura investigar é em quais aspectos a reorganização beneficiaria o estudante? Compreende-se que não havia benefícios aos discentes e que o alvo não era a qualidade. Já pela ação pouco divulgada, sem possibilidade de diálogo, denota o caráter impositivo e pouco transparente da política pública. Estudantes, professores e famílias não foram requeridos a mergulhar no debate educacional, ficaram à margem social, sendo eles os principais afetados com o decreto governamental.

10 Escola muito tradicional na região.

11 Registro informal repassado pela SEE/SP para justificar a reorganização das escolas públicas de São Paulo.

12 Escolas feitas de lata na cidade de São Paulo.

Mas os discentes decidiram participar, ocupando as escolas, pois para eles o benefício era unilateral e para requerer o direito que seria negado, inseriram-se no debate político. Quanto a essa relação entre estado e estudantes, a vereadora diz:

(V2)(...) empurrar responsabilidade. Eximir-se da responsabilidade, principalmente do Ensino Médio noturno. O Ensino Médio é de responsabilidade do Estado e se esse organismo não atende essa etapa de aprendizagem, de estudos, como fica esse menino? Sem alternativa de estudos.

O Estado não que atender essa demanda, por quê?

O aluno trabalhador somente tem o período noturno para estudar e se formar. Como o aluno trabalhador vai estudar? Entre trabalhar e estudar, a necessidade obriga o aluno a trabalhar. O que ele vai escolher?

Isso é fadar nossa juventude ao fracasso. O Estado não pode ser o que promove o fracasso do estudante, da população. O que se espero do Estado? Se o acesso à educação é negado, é negado também o acesso à dignidade à cidadania – teremos cidadãos de segunda classe.

Eu apoiei os estudantes durante as ocupações das escolas em Santo André, visando à integridade física deles. Muita gente teve acesso às informações, adериu e viu com bons olhos a causa dos discentes. Consideravam que era um direito constitucional que estava sendo lesado. Queriam também impedir a violência.

Na E.E. Oscavo de Paula, por exemplo, ocupada após uma assembleia de estudantes, houve, durante a madrugada, um carro de chapa branca que arremessava o próprio carro contra o portão da escola para que fosse aberto, queriam romper o cadeado. Os alunos tinham medo, fizeram Boletim de Ocorrência. Os meninos foram acionados no Fórum, na vara da infância e da juventude.

Foram vários encaminhamentos ao longo de três meses. Queria saber o que seria a reorganização. Meu papel foi, muitas vezes, acompanhar de perto as ações e as necessidades dos alunos. Foi criado um comitê de solidariedade. Chamaram vários representantes para a reunião.

Era um comitê de amparo político, porque essa era uma ação política. Os próprios alunos se organizavam em comitês na luta contra a reorganização:

- a) comitê da segurança;
- b) comitê da organização interna sobre limpeza/alimentação;
- c) comitê da comunicação para que ficassem a par das mensagens que veiculavam, se não estavam sendo distorcidas (Mídia Ninja, Facebook e outras informações);
- d) e participei das assembleias de estudantes durante as ocupações.

Meu objetivo era garantir, como já disse, que os estudantes não sofressem ameaças físicas e psicológicas. Eles foram um exemplo de cidadania na ocupação das escolas. Tanto que o Governador do Estado de São Paulo voltou atrás na reorganização. O governador relatou na mídia que o ano de 2016 seria um ano de audiência pública para debater sobre a reorganização. Elas não aconteceram e, em 2017, várias salas de aulas foram fechadas, muitas do Ensino Médio noturno. Em Santo André 1/3 das salas de aulas foram fechadas. O Estado nega e não tem informações. (sic)

A educação brasileira, comumente, tem sofrido a interferência do capital e das leis globais, por isso tem passado por constantes processos de “mudanças” sem participação dos professores, alunos e sociedade. Tedesco (2012, p.12) diz que “[...] as mudanças costumam ser avaliadas pelos professores e alunos como princípios abstratos sem aplicabilidade efetiva”. Além disso, a exclusão das decisões desse universo representam um claro desrespeito aos que da educação pública participam e vivem.

A pesquisa traz a constatação de que os estudantes secundaristas reivindicaram maior participação nas decisões concernentes à vida escolar via uma gestão descentralizada e mais democrática. Reivindicavam, enfim, pela ação política, o não fechamento das escolas estaduais.

O presente estudo não procura apenas apresentar uma reorganização escolar que não foi legalmente consolidada, ou mesmo destacar, somente, as categorias poder/domínio do Estado, validando a aplicação de políticas públicas educacionais excludentes. Mas, principalmente, tem procurado evidenciar o papel político que exerceram os estudantes, contribuindo assim para que seja mantida viva a experiência das ocupações das escolas paulistas de educação básica.

É relevante dar luz a esse momento, pois esse tipo de experiência tende a se perder ao longo do tempo, ficando assim com sua eventual contribuição histórico-social comprometida, de modo que as gerações futuras não as avaliam como fecundas e nem reconhecem seu potencial como referência para transformações no campo¹³.

Para tanto, cabe refletir sobre a resistência dos estudantes secundaristas de São Paulo, que surpreenderam a sociedade brasileira como um todo. Dessa forma, a categoria resistência será pensada, brevemente, sob a ótica de Foucault.

As ocupações como ato de resistência

Foucault (2008), no título *Segurança, Território, População*, curso no *Collège de France* (1977-1978), tratou sobre “governamentalidade¹⁴”. Para chegar a esse

13 O descrito nesse parágrafo trata-se de uma das valiosas contribuições do Professor Dr. Antônio Joaquim Severino (2018) em face do relatório de qualificação da pesquisa. O docente em destaque é Titular, aposentado, de Filosofia da Educação da USP, ora atuando como docente colaborador. Também integra o grupo de pesquisa de Pós-graduação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) São Paulo - SP, onde lidera o grupo de pesquisa de Filosofia da Educação – GRUPEFE.

14 *Microfísica do Poder* - Michel Foucault (1979) - Para concluir, gostaria de dizer o seguinte. O que pretendo fazer nestes próximos anos é uma história da governamentalidade. E com esta

conceito, explanou sobre as múltiplas formas de dominação que são exercidas no interior da sociedade e condutas voluntárias, ou não, à dominação. Nesse sentido, a ideia de poder se amplia e por uma certa ótica é mais corrosiva, pois compreende o domínio dos corpos e das mentes a partir de um exercício político embasado em técnicas de manipulação e de persuasão.

Com efeito, mediante a esse pensamento, considera-se que essa forma de domínio objetiva não apenas o gerenciamento institucional, mas o controle da população, relegando direitos, cerceando condutas e aniquilando, nesse complexo contexto, a ideia de cidadania. Ele diz: “O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado”. (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Mas, sob outra ótica, considera que onde existe o poder, há correlações de forças e haverá possibilidade de resistência.

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, 1979, p.139)

Nesse ponto situa a ação dos secundaristas. Eles relataram que receberam a notícia da reorganização na escola. Os diretores foram orientados a anunciar à comunidade escolar. Os estudantes, inconformados, começaram a se comunicar nas redes sociais. A ideia das ocupações veio durante essa comunicação que se expandiu. Eles, então, se organizaram para ocupar as escolas. Entravam com um grupo de alunos no final do período e levavam consigo cadeados para fechar os portões por dentro. Eles não queriam que as escolas fechassem, não queriam sair daquele espaço, não queriam perder amigos e professores e não era viável, para eles, concluir o Ensino Médio em outra unidade escolar.

A compreensão de poder se dá pela imposição e pela resistência, se configurando como campo de força política.

O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos

palavra quero dizer três coisas: 1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – Resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (p.171)https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf

que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar. e, no limite, fugir. (FOUCAULT, 2006, p.237)

Em geral, o governo usa a violência para conter movimentos sociais. Nessa ação repressora, demonstram onde está o poder. No caso, das ocupações, esse aspecto coercitivo não foi descartado pelo Estado. Cogitou-se que se tratava de invasão das escolas e que a polícia deveria retirar os manifestantes à força e assim seriam retomadas as aulas. Mas essa condução não foi possível, um aspecto inibiu a ação policial, os estudantes eram em sua grande maioria menores de idade.

Além disso, a comunicação entre os alunos era muito veloz, em tempo real as questões de insegurança eram veiculadas e rapidamente sanadas por representantes de entidades que acompanhavam o movimento. Isso não impediu eventuais agressões aos professores simpatizantes e aos alunos que se manifestavam nas ruas, mas continuaram até ser revogado o decreto.

Segundo Foucault (2006, p. 88), o poder é “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” e para ele as lutas de resistência, que se destinam à libertação e à autonomia, não procuram o inimigo principal, mas o inimigo imediato (2006, p.226). Nesse caso, porém, os jovens sabiam muito bem que existia um “inimigo” comum, era o decreto que deveria ser revogado pelo governador.

Guilherme Castelo Branco, em *As resistências ao poder em Michel Foucault* (2001), diz que a resistência surge porque o interlocutor é irreduzível. Um áudio disponível na web, com falas dos representantes da SEE/SP, demonstra que a SEE/SP estava irreduzível e que não retrocederia¹⁵. Dizem que poderiam haver eventuais ajustes, mas a reorganização se concretizaria.

Em *Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas*, Pedro Fornaciari Grabois (2011)¹⁶ diz que o maior objetivo da resistência é superar a dominação. Foucault diz:

(...) Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A

15 Jornalistas Livres—Artigo de Laura Capriglione, especial para os Jornalistas Livres, às 14h de 29/11/2015. Publicado em 29 de nov. de 2015. “Em reunião com 40 dirigentes de ensino, braço direito do secretário da educação de São Paulo (...) anuncia que o decreto da “reorganização” sai na terça e lança estratégia para “isolar” e “desmoralizar” as escolas em luta, com o apoio da Polícia Militar. Em reunião (...) cerca de 40 dirigentes de ensino do Estado de São Paulo receberam instruções do chefe de gabinete do secretário sobre como deverão agir a partir de amanhã para quebrar a resistência de alunos, professores e funcionários que estão em luta contra a reorganização escolar pretendida pelo governador (...)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68qbymS6Xvc> . acesso em 25 de mar de 2019.

16 Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas Pedro Fornaciari Grabois - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista do CNPq. Orientadora: Profª. Drª. Vera Maria Portocarrero. E-mail: pedrograbois@gmail.com. Grabois, P. F. Cadernos de Ética e Filosofia Política 19, 2/2011, pp.07-27. Acesso em 29 de mar. 2019.

partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica. (1979, p. 09)¹⁷.

Partindo da análise dos antagonismos e das oposições, Foucault (1979, p. 234) argumenta que “para compreender o que são relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações”. A forma empregada nesse movimento estudantil produziu o efeito desejado pelos estudantes naquele momento, o decreto foi revogado pela contundente força política.

Os estudantes, durante as ocupações, requereram o direito de participar e de decidir sobre seus destinos e sobre onde queriam estudar. Mediante a ação política, os secundaristas brasileiros saíram da margem da história. Tratou-se de uma decisão com desfecho exitoso aos desbravadores da democracia.

No entanto, finalizada a ação, eles retornaram à condição de excluídos e continuaram sofrendo imposição governamental. Como relatou a vereadora, nos anos seguintes, identificou-se que há menos vagas, principalmente para o aluno trabalhador do período noturno. Independentemente dessa constatação, a vereadora relata que houve uma transformação na mentalidade política dos jovens que participaram das ocupações. Ela relata:

(V3) - Considero que o momento das ocupações foi importante porque possibilitou o exercício da cidadania, a organização e a consciência política dos estudantes. Não posso deixar de declarar que a educação é um direito constitucional que deve prevalecer.

Outros estudantes de outros estados do Brasil se organizaram e se mobilizaram para refutar a PEC 241 e MP 746¹⁸. É necessário, ainda, garantir o direito de educação aos alunos trabalhadores. Precisamos agir de acordo com nossas convicções a favor do todo social. Reduzir gastos com a educação não é o caminho. Percebo que muitos estão engajados em movimentos sociais, criaram uma militância que extrapolou o momento da ocupação, exercendo papel de cidadãos. (sic)

O fato é que as ocupações existiram e abriram uma brecha à memória e se inseriram nas redes de filiação histórica, por isso reivindicam sentidos e formam identidades. Nos termos de Hall (2000) o movimento teve identidade histórica.

Ele relata que a construção de uma identidade se dá pela compreensão que não existe uma realidade estática, esta é “(re)construída, adaptada, significada, de acordo com as circunstâncias sociais e históricas” (2000, p. 12).

17 Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Revista verve, 5: 260-277, 2004 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>. Acesso em 29 de mar.2019.

18 Convertida na Lei nº 13.415, de 2017.

Sob esse foco, compreende-se que a identidade é alimentada pela participação e se fortalece na medida em que há posicionamento em face das discordâncias. As resistências, então, são o resultado desse fortalecimento identitário. Considera-se, portanto a questão: Em um cenário autoritário, quais modelos identitários e quais formas de resistir contribuiriam para que a democratização do ensino não retrocedesse?

Considerações finais

No desenvolvimento da pesquisa, temos buscado sustentar a preocupação para além da particularidade do objeto de estudo. Há um processo problematizador que procura trazer à beira uma discussão do todo da política educacional do país para a Educação Básica.

Registra-se, nesse processo, a insensibilidade do poder público com as necessidades reais da educação, o resultado dessa insensibilidade se expressa no aumento da evasão escolar. Destaca-se também que a omissão do Estado em investir na inibição desse fenômeno tem validado a exclusão social.

Evidencia-se, nesse sentido, a ocorrência da lógica internalizada da política econômica neoliberal que está desconstruindo o conceito de educação escolarizada. Isso é inquietante aos que pensam educação.

Existe um arcabouço legal garantindo a educação escolar a todos. A Constituição Federal de 1988 é sim um repositório de direitos, mas, na prática, no país, existe um modelo de educação diferente para os que foram colocados à margem. Essa diferença passa a ser, então, mais um meio para que os já privilegiados garantam e consolidem o próprio *status quo*.

O que se tem, então, é um pacto entre o Estado e o Capital Financeiro com vistas ao controle da população e ao atendimento dos interesses do grupo hegemonicamente constituído e, nessa trajetória, a precarização da educação básica pública é uma estratégia de domínio político. Nota-se que os estudantes que ocuparam as escolas resistiram a uma etapa desse processo, negaram-se em permanecer à margem, mas o desmonte educacional continua ocorrendo.

Esse fator, no entanto, não desqualifica a ação dos secundaristas, por isso pesquisadores e profissionais das artes têm dado luz ao evento das ocupações. O registro científico e artístico¹⁹ desse histórico de luta é relevante para que a parcela da sociedade afetada pelo modelo político-econômico excludente reflita sobre a importância da transformação da realidade educacional no Brasil e sobre formas de organização para esse fim.

19 Documentário “Nunca me sonharam” <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=KB-GVV68U5s>Filme brasileiro sobre ocupações em escolas públicas é premiado no Festival de Berlim Documentário ‘Espero tua (re)volta’, de Eliza Capai, levou prêmio da Paz e da Anistia Internacional - <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/filme-brasileiro-sobre-ocupacoes-em-escolas-publicas-premiado-no-festival-de-berlim-23459683>

Referenciais bibliográficos

- ARELARO L.R.G.; JACOMINI A.A.; CARNEIRO S.R.G., *Limitações da Participação e Gestão Democrática na Rede Estadual paulista*. “Revista de Ciências da Educação”, vol. 37, out-dez. 2016 - CEDES, nº 137. p. 1143-1158.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- _____. Lei nº 13.415, de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 25 de mar. 2019.
- CASTELO BRANCO, G., BAÊTA NEVES, L. F. (Org.) *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- FERREIRA E. B.; POCHMAN M. *Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do Século XXI*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1270, jan./maio 2016.
- FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. Aula de 1º e de 8 de fevereiro de 1978. In: _____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 117-180.
- _____. *Governamentalidade*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277- 293.
- GIROTTO, E. D. *A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, out./dez. 2016.
- _____. et al. *Ageografia da reorganização escolar: uma análise espacial a partir da cidade de São Paulo*. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. especial, p. 134-158, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647805/15187>>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2013. (Questões de nossa época).

- GOULART, D. C.; PINTO, J. M. R.; CAMARGO, R. B. de. Duas reorganizações (1995-2015): do esvaziamento da rede pública estadual paulista à ocupação das escolas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 109-133, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647797/15186>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- GRABOIS, P.F. *Resistência e evolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas*. Cadernos de Ética e Filosofia Política. V. 19, São Paulo. 2011. <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55736>>.
- LE GOFF, J. [et.al]. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LONGO, F. *Demografia e Educação II: a reorganização escolar em São Paulo*. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://demografiaunicamp.wordpress.com/2017/05/02/demografia-e-educacao-ii-a-reorganizacao-escolar-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NUNCA me sonharam: documentário. Direção de Cacau Rhoden. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KB-GVV68U5s>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- O MAL-EDUCADO. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://gremiolivre.wordpress.com>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.
- SANTOS, F. V. L. dos; VIEIRA, J. M. A reorganização escolar em São Paulo: uma reflexão sobre o uso de argumentos demográficos em políticas educacionais. Disponível em: <<http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/175-321.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- SÃO PAULO (Estado). *Decreto n.º 57.141, de 18 de julho de 2011: reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- _____. *Decreto n.º 61.692, de 4 de dezembro de 2015*. Revoga o Decreto n.º 61.672, de 30 de novembro de 2015. São Paulo, 2015a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61692-04.12.2015.html>>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- TEDESCO, J. C. *Qualidade na educação e políticas educacionais*: Brasília, DF: Liber Livros, 2012.
- VAN DIJK, T.A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VOORWARD H.J.C. *A educação Pública tem solução?* São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.